



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1004319-52.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão / Resolução**  
 Requerente: **Servtrônica Segurança Eletrônica Ltda**  
 Requerido: **Ana Silvia Soares Bassani**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

SERVTRÔNICA SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Ana Silvia Soares Bassani, também qualificado, alegando que em dezembro de 2006 celebrou com a ré contrato de prestação de serviços de monitoramento eletrônico e proposta comercial de locação de equipamentos; que o valor pactuado inicialmente era de R\$ 80,00 mensais. Como o réu se tornou inadimplente, realizou parcelamento do débito relativo às mensalidades dos meses de abril/2015 a julho de 2015, tendo comprometido-se a pagar 05 parcelas de R\$ 119,00; entretanto, arcou com o pagamento de somente 01 parcela, estando inadimplente em relação às demais parcelas, bem como em relação às mensalidade dos meses de agosto a novembro de 2015 e de março a outubro de 2016, totalizando débito no valor de R\$ 2.796,62; esclarece que os equipamentos permanecem instalados no local, pois a ré não autoriza a retirada, à vista do que requereu a condenação da ré ao pagamento do valor atualizado da dívida R\$ 2.796,38, bem como, que seja condenado ao ressarcimento do valor relativo ao equipamento de monitoração, no valor de R\$ 1.023,45, o que totaliza a condenação no valor de R\$ 3.820,07, com os acréscimos legais e com os encargos da sucumbência.

A requerida, regularmente citada, deixou de apresentar contestação.

É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, sendo que a revelia faz presumir-se verdadeiros os fatos narrados na inicial, conforme artigo 344, do CPC.

A prova da compra está demonstrada pelos documentos de fls. 19/23, de modo que, em primeiro plano, de rigor a procedência da ação, cumprindo à requerida pagar os valores contratados e não pagos que somam R\$ 2.796,62,07, acrescido de correção monetária pelo índices do INPC, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, ambos a contar da data do vencimento.

Também merece acolhimento o pedido de indenização pelos equipamentos não devolvidos, que deveriam ter seus valores corrigidos desde a data do efetivo prejuízo, conforme sumula 43 do STJ; entretanto, como o autor apresentou o valor atual dos bens na data da propositura da ação, isto é R\$ 1.023,45, conforme planilha de fls. 25, tais valores deverão ser corrigidos a partir de então, com juro de mora de 1% ao mês, desde a citação.

A ré sucumbe e deverá, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

Isto posto JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o(a) réu Ana Silvia Soares Bassani a pagar a(o) autor(a) SERVTRÔNICA SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA a importância de R\$ 3.820,07 (*três mil, oitocentos e vinte reais e sete centavos*), sendo R\$ 2.796,62,00 referentes às parcelas vencidas, devendo ser corrigido monetariamente pelo índice do INPC com juros de mora de 1% ao mês, e R\$ 1.023,45 relativo aos aparelhos não devolvidos, incidindo juros de mora de 1% ao mês, desde a citação, e CONDENO o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação.

Publique-se Intimem-se.

São Carlos, 18 de outubro de 2017.

**Milton Coutinho Gordo**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**